

29 JAN 1990

JORNAL DO BRASIL

Economia - Brasil

# A administração Collor e o 'efeito Menem'

Uziel Nogueira\*

A euforia da vitória de Fernando Collor de Mello será seguida, neste primeiro verão dos anos 90, pela realidade econômica do país. A primeira tarefa da nova administração será conter a hiperinflação causada pela dívida pública interna. A segunda, será apresentar o programa macroeconômico da nova administração junto às instituições financeiras multilaterais em Washington. Um dos pontos fundamentais para o sucesso do programa econômico da nova administração é a retomada de empréstimos no exterior, o que, por sua vez, está ligado à renegociação da dívida externa.

A economia brasileira não gera os níveis de poupança necessários para os investimentos requeridos e a chamada poupança externa foi e continuará sendo a variável principal no processo de crescimento econômico do país. Por outro lado, a comunidade financeira internacional e os governos norte-americano, japonês e europeus consideram o FMI e o Banco Mundial (Bird) como as principais instituições geradoras das mais importantes e relevantes avaliações sobre a economia brasileira. Assim, a avaliação da economia brasileira por ambas as instituições pode ser considerada a visão dos governos e instituições financeiras internacionais. Consequentemente, decisões referentes à renegociação da dívida externa e novos empréstimos com os bancos privados e governamentais estão condicionadas ao aval financeiro dessas instituições.

Qualquer negociação brasileira de empréstimo no exterior está ligada à chamada condicionalidade básica. Isto é, os novos empréstimos e possíveis concessões por parte dos governos credores e dos bancos comer-

ciais estão condicionados à liberação de recursos por parte do FMI e do Banco Mundial. Por sua vez, a liberação de empréstimos por parte do FMI e do Banco Mundial, para frustração das intermináveis delegações do governo brasileiro vindas a Washington nos últimos anos, está cada vez mais ligada a exigências de caráter de política econômica, através dos programas chamados empréstimos de ajuste setorial e estrutural do Banco do Mundial e do FMI. As missões do governo brasileiro chegam a Washington e retornam a Brasília mais confusas a respeito das exigências e sem entender a "teoria econômica" do FMI e do Bird e, o que é mais importante, sem conseguir a liberação de empréstimos do exterior.

O programa econômico de Collor de Mello coincide com o FMI e o Bird na questão fundamental: o papel importante do déficit público no processo inflacionário. O plano econômico da nova administração está delineado de acordo com os instrumentos de política econômica defendidos pela comunidade financeira internacional. No contexto brasileiro, com exceção de alguns economistas que consideram a ciência econômica como um ato de fé ideológico, a maioria reconhece a importância do déficit público *versus* inflação. Neste ponto, o que está ocorrendo na Argentina será de grande interesse para a nova administração.

O programa econômico de Carlos Menem na Argentina, similar ao de Collor de Mello, também defende medidas de contenção do déficit público através da privatização de empresas estatais deficitárias, redução do gasto público, remoção de barreiras administrativas internas e abertura econômica para o exterior. Seis meses, porém,

após o seu início, o programa econômico argentino está completamente imobilizado no Congresso dominado pelo próprio partido peronista de Carlos Menem. A hiperinflação, contida nos primeiros meses de governo, já está retornando e a paralisia econômica e administrativa ocorrida durante o período de Alfonsín começa a dominar a nova administração. Portanto, depois de seis meses de governo, Menem corre o perigo de não conseguir o apoio interno e nem o externo para o seu programa econômico.

Em conclusão, a proposta de política econômica de Collor de Mello, similar à de Carlos Menem, terá o apoio da comunidade financeira internacional se o programa passar do plano à implementação. Nos primeiros meses de governo, o apoio internacional será condicionado à percepção política de que a nova administração está sendo competente em negociar o programa proposto através do Congresso. As primeiras promessas de novos empréstimos ou de renegociação da dívida estarão condicionados a essa percepção política.

O apoio internacional, porém, desaparecerá se não houver resultados econômicos positivos, principalmente no controle inflacionário, que está ligado ao déficit do setor público. No ano passado, a imprensa criou a expressão "efeito Orloff" para comparar as economias argentina e brasileira. Espero que a partir dos seis primeiros meses da administração Collor de Mello, o país não sofra o "efeito Menem", ou seja, que a paralisia do programa econômico argentino de hoje não seja a do Brasil amanhã.

\* Uziel Nogueira é PhD em economia e trabalha no Departamento de Estudos Econômicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em Washington.